



22(2):203-221  
jul./dez. 1997

# CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RIO GRANDE DO SUL: trabalho e analfabetismo<sup>1</sup>

Alceu R. Ferraro

**RESUMO** - *Crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul: trabalho e analfabetismo.*

O presente texto é parte da pesquisa sobre a reprodução do analfabetismo no Rio Grande do Sul nos anos 90. Ele focaliza a relação entre participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho e analfabetismo. Em particular, examina, com base em novos dados censitários, uma hipótese do início dos anos 60, segundo a qual o fato de os meninos apresentarem taxas mais baixas de alfabetização do que as meninas é resultado de uma presença maior daqueles do que destas no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** *crianças e adolescentes, trabalho infantil, analfabetismo, trabalho infantil e analfabetismo.*

**ABSTRACT** - *Children and adolescents in Rio Grande do Sul: Work and illiteracy.*

The present text is part of a research about the reproduction of illiteracy in Rio Grande do Sul in the 90'. It focuses the relation between child and adolescent participation in the labor market and illiteracy. More specifically, it examines, on the base of new data, a hypothesis of the early 60'. This consists in that the fact the boys present lower rates of literacy than the girls is a consequence of a greater participation of the former than of the latter in the labor market.

**Key-words:** *children and adolescents, child work, illiteracy, child work and illiteracy.*

O presente texto trata da relação entre trabalho de crianças e adolescentes e analfabetismo no Estado do Rio Grande do Sul. O que no projeto original de pesquisa sobre reprodução do analfabetismo no Rio Grande do Sul nos anos 90, desenvolvido com apoio do CNPq, representava apenas uma questão complementar, acabou transformando-se no decorrer da pesquisa num dos focos de atenção. Nem podia ser de outro modo, porquanto, no período de desenvolvimento do projeto (março 1995 a fevereiro 1997), ao mesmo tempo em que a *mídia* emprestava especial atenção ao problema do trabalho do menor, o IBGE, com a publicação dos resultados da PNAD 1995, colocava à disposição do pesquisador dados atuais sobre a questão. O trabalho precoce e ilegal de centenas de milhares de crianças e adolescentes é certamente um dos principais fatores da persistência do analfabetismo e dos baixos índices de escolaridade no Estado do Rio Grande do Sul. Inicia-se com a consideração de um estudo da UNESCO e outro do Conselho Nacional de Estatística, respectivamente do início dos anos 50 e início dos anos 60.

## **Sexo e analfabetismo, segundo os censos de 1920 e 1940**

Estudo da UNESCO, do início dos anos 50, fazia duas observações sobre a relação entre sexo e analfabetismo no Brasil. A primeira não apresentava nenhuma novidade: referia-se à taxa de analfabetismo notadamente mais elevada entre as mulheres do que entre os homens de 15 anos ou mais, tanto em 1920 como em 1940. Tal fato acompanhava a tendência mundial de taxas de analfabetismo mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens. A segunda observação, apoiada em dados do censo de 1940 desagregados por grupos de idade, identificava uma clara tendência de mudança, porquanto, nesse ano, nos grupos de 10 a 19 anos (grupos mais jovens), a proporção de analfabetos era praticamente a mesma para ambos os sexos: 57,3% entre os homens e 57,4% entre as mulheres (UNESCO, 1953, p. 41-42).

Menos de uma década depois desse estudo da UNESCO, o Conselho Nacional de Estatística publicou a obra intitulada *Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil* (CNE, 1961), onde, na parte “G - Alfabetização”, reúne 9 trabalhos, tão interessantes quanto desconhecidos na área da Educação. Passo, pois, a sintetizar a seguir os aspectos mais pertinentes e significativos desses estudos, especialmente no que se refere à relação entre sexo e alfabetização. (Os grifos que seguem são meus).

1. A situação da instrução primária no Brasil em 1950 era definida como *desoladora*: “parece supérfluo qualquer comentário a esses dados desoladores, que falam por si mesmos, revelando o gravíssimo atraso da instrução primária no Brasil. Nos países mais adiantados, quase todas as crianças de 10 anos sabem ler e escrever” (Op. cit., 434).
2. Para o conjunto da população brasileira, a tendência da alfabetização seguia um *padrão* bem definido em relação à idade: [“A proporção dos que sabem ler e escrever aumenta a partir das idades infantis até as idades moças, declinando depois até as idades senis”

(Ibid., p. 391). Ou então: "... subida (da proporção dos que sabem ler e escrever) nas idades infantis e adolescentes e descida nas idades maduras e senis" (Ibid., p. 395).]

3. Embora seguindo basicamente esse padrão verificado para o conjunto da população, a marcha da alfabetização em relação à idade apresentava *notáveis diferenças* entre os dois sexos. Segundo o estudo, a histórica "inferioridade feminina" em relação à alfabetização ainda era *marcada*, manifestando-se a partir do grupo de 20 a 29 anos, sendo mais acentuada nos grupos de idade mais avançada, mas no conjunto *tendia a atenuar-se*: "A partir do grupo de 20 a 29 anos, a alfabetização feminina mantém-se sempre fortemente inferior à masculina, tendendo a aumentar a inferioridade relativa com o subir da idade" (Ibid., p.389). E ainda: "O aumento da alfabetização foi menor na população masculina de 10 anos e mais (de 48,15% em 1940 para 52,62% em 1950) do que na feminina (de 37,99% para 44,17%), atenuando-se assim a inferioridade das mulheres, que todavia se mantém ainda bem marcada" (Ibid., p. 391).
4. A idade de máxima alfabetização é atingida mais cedo pelas mulheres e somente mais tarde pelos homens, o que é atribuído ao maior aproveitamento da *instrução pós-escolar* por estes: "A idade de máxima alfabetização é mais elevada no sexo masculino do que no feminino, que parece aproveitar em menor medida a instrução pós-escolar" (Ib., p. 391). E ainda: "Entre as mulheres, a máxima quota de alfabetização é atingida mais cedo, no grupo de 15 a 19 anos" (p. 408-409).
5. Tanto em 1940 como em 1950, nos grupos de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos verificava-se uma *inferioridade dos meninos em relação às meninas* quanto à alfabetização, desvantagem esta que, no censo de 1950, se estendeu também para a faixa de 15 a 19 anos. Tal inferioridade se deveria, segundo o estudo, ao fato de os meninos serem aproveitados mais do que as meninas para *trabalhos extradomésticos* (Os grifos que seguem são meus):

Nas idades de 5 a 9 e de 10 a 14 anos, em que os meninos são aproveitados mais do que as meninas para trabalhos manuais, ficando amiúde impedidos de frequentar a escola primária, a quota de alfabetização feminina excede nitidamente a masculina, tanto em 1940 como em 1950. Nos grupos de 15 a 19 anos, em 1950, a quota de alfabetização masculina (52,65%) é levemente inferior à feminina (52,77%), enquanto que em 1940 a primeira (46,17%) excedia a segunda (44,51%) [...] Uma *característica peculiar da instrução no Brasil*, posta em evidência pelos dados da tabela II, consiste na *inferioridade das quotas de alfabetização masculinas em relação às femininas*. O maior emprego de crianças do sexo masculino em *trabalhos extradomésticos*, especialmente rurais, parece ser o fator principal dessa inferioridade (Ib., p. 389 e 434).-

Chega-se assim a um ponto surpreendente e ao mesmo tempo preocupante. O que parecia indicar uma progressiva superação da histórica discriminação da mulher, em relação ao homem, no que concerne à alfabetização, poderia ser o resultado, não de um avanço relativamente maior das mulheres, mas de uma desaceleração no andar das crianças e adolescentes do sexo masculino rumo à alfabetização, em decorrência de maior solicitação e presença dos meninos do que das meninas no mercado de trabalho.

## Sexo e analfabetismo de 1940 a 1991

Tendo como referência os estudos da UNESCO e do CNE acima referidos, começarei analisando o comportamento das taxas de analfabetismo de homens e mulheres no Estado do Rio Grande do Sul desde o Censo de 1940 até o de 1991. O ponto de partida é o mesmo do estudo do CNE — o Censo de 1940. Nesta parte trabalha-se com um indicador sintético, que considera toda a população de 10 anos ou mais, com os dados desagregados segundo o sexo, mas não segundo a idade. A consideração conjunta da tabela 1 e do gráfico 1 permite três observações principais.

1. Para o conjunto das pessoas de 10 anos ou mais (sem desagregação por grupos de idade, portanto), as taxas de analfabetismo sempre foram, no período, e continuam sendo no Censo de 1991 *mais elevadas entre as mulheres* do que entre os homens (tabela 1).

2. Verificou-se, em todo o período de 1940 a 1991, uma *progressiva queda das taxas* total, masculina e feminina de analfabetismo. Tal queda, que já apresentara sinais de aceleração nos anos 40, intensificou-se nos anos 50, o que deve ter muito a ver com a grande expansão do ensino público e também com as iniciativas de educação popular no período, conforme já sugeri em outro estudo (Ferrari, 1990). Pode-se dizer que, nos 51 anos decorridos entre os censos de 1940 e 1991, as taxas de analfabetismo da população de 10 anos ou mais ficaram reduzidas a aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do que eram inicialmente, tanto entre os homens (de 35,0% para 8,7%), quanto entre as mulheres (de 42,3% para 9,9%) (tabela 1 e gráfico 1).

3. Houve também, no período, um lento mas progressivo *encurtamento da distância* entre as taxas de analfabetismo das mulheres em relação às taxas verificadas entre os homens (tabela 1 e gráfico 1). A aproximação, a cada censo, dos pontos que sinalizam no gráfico as taxas de analfabetismo produzem uma ilusão de ótica: dão a impressão de uma mudança maior do que a efetivamente verificada. A razão é simples: uma diferença de 5 pontos percentuais em 50 e outra de 1 em 10 se equivalem em termos relativos. Isto pode ser assim descrito: atribuindo-se às taxas de analfabetismo entre os homens em cada censo o valor 100, as taxas de analfabetismo entre as mulheres caíram de 121 para 114 no período. Isto equivale a dizer que a diferença que era de 21/100 em 1940 caiu para 14/100 em 1991, ou seja, que ficou reduzida em 1/3 em relação ao que era em 1940 (tabela 1). A desigualdade diminuiu, mas não tanto quanto a representação gráfica pareceria indicar.

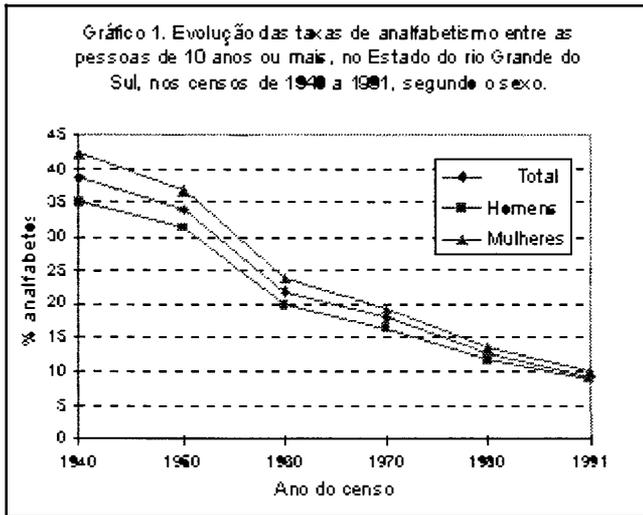
Em síntese, no período de 1940 a 1991: 1) as *taxas* de analfabetismo foram reduzidas acerca de  $\frac{1}{4}$  dos valores percentuais de 1940; 2) a *diferença relativa* entre as taxas de analfabetismo de homens e mulheres foi encurtada em  $\frac{1}{3}$  em relação ao que era em 1940; 3) se calculadas para o conjunto da população de 10 anos ou mais, as *taxas femininas* de analfabetismo sempre superaram e continuaram superando as taxas masculinas, o que já sinaliza para os limites de tais índices globais e para a necessidade de se desagregar a população por grupos de idade no estudo da alfabetização ou do analfabetismo, o que se fará mais adiante.

**Tabela 1**

Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos ou mais, no Estado do Rio Grande do Sul, nos censos de 1940 a 1991, segundo o sexo.

Sexo	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Total	38,7	34,0	21,9	17,9	12,5	9,3
Homens	35,0	31,2	19,9	16,5	11,6	8,7
Mulheres	42,3	36,8	23,8	19,3	13,5	9,9
Homens =	100	100	100	100	100	100
Mulheres =	121	118	120	117	116	114

Fontes: IBGE. *Censo demográfico - RS, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.*  
Elaboração: Alceu Ferraro



Fonte: Tabela 1. Elaboração: Alceu R. Ferraro

## Sexo, domicílio urbano/rural e analfabetismo: 1950-1991

A análise do analfabetismo com desagregação dos dados por situação do domicílio (urbano e rural) só é possível a partir do Censo de 1950. O objetivo aqui não é examinar as históricas desigualdades educacionais entre meio urbano e rural, mas sim ver como as taxas de analfabetismo entre homens e mulheres evoluíram nos meios urbano e rural, comparativamente, conforme tabela 2 e gráfico 2. Como no item anterior, também aqui se trabalha com um indicador sintético, que considera toda a população de 10 anos ou mais, sem qualquer desagregação por idade.

Observa-se primeiramente que não desapareceram, no período, as históricas desigualdades entre meio urbano e rural. Com efeito, tanto os homens urbanos como as mulheres urbanas apresentam, em todo o período, taxas bastante mais baixas de analfabetismo do que os homens rurais e as mulheres rurais, respectivamente.

A segunda observação é surpreendente. Em termos relativos, o meio rural levou, no período, dupla vantagem em relação ao meio urbano: em primeiro lugar, em todo esse período a desigualdade entre as taxas percentuais de analfabetismo feminino em relação ao masculino sempre foi menor no meio rural do que no urbano; em segundo lugar, o encurtamento da distância relativa entre a taxa de analfabetismo feminino em relação ao masculino foi maior no meio rural do que no urbano, com destaque para as décadas de 1950 e 1970.

Esses dois aspectos podem ser facilmente comprovados através de índices, como na tabela 2. Com efeito, atribuindo-se valor 100 às taxas de analfabetismo masculino, constata-se que a distância que separa os índices femininos dos índices masculinos de analfabetismo é sempre menor no meio rural (de 115/100 em 1950 a 103/100 em 1991) do que no meio urbano (de 148/100 em 1950 a 123/100 em 1991). Constata-se também que a distância das taxas femininas de analfabetismo em relação às taxas masculinas teve redução bem mais acentuada no meio rural, onde a diferença ficou quase reduzida a zero no final do período (de 115/100, para 103/100), do que no meio urbano, onde a diferença, embora também significativamente reduzida em relação ao que era no início, ainda permanecia elevada no final do período (de 148/100, para 123/100).

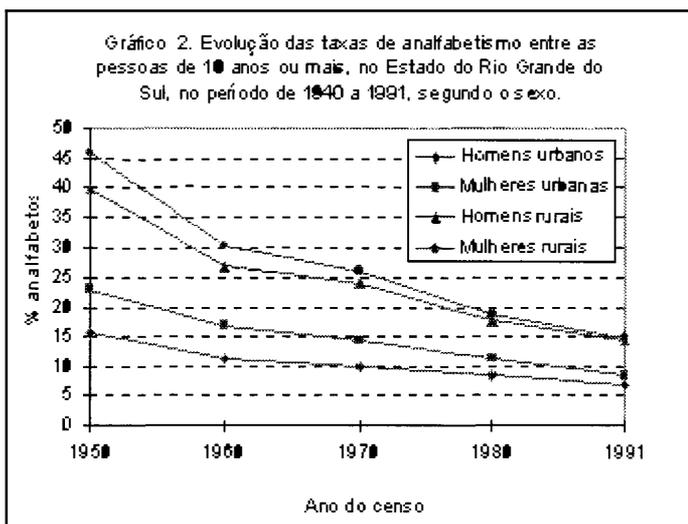
**Tabela 2**

Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos ou mais, no Estado do Rio Grande do Sul, nos censos de 1950 a 1991, segundo o sexo e a situação do domicílio.

Sexo/situação do domicílio	1950	1960	1970	1980	1991
Homens urbanos	15,5	11,3	10	8,5	6,9
Mulheres urbanas	22,9	16,9	14,2	11,2	8,5
Homens rurais	39,8	26,9	23,9	17,5	14,2
Mulheres rurais	45,9	30,4	26,1	18,7	14,7
Homens urb.=100	100	100	100	100	100
Mulheres urbanas	148	150	142	132	123
Homens rur.=100	100	100	100	100	100
Mulheres rurais	115	113	109	107	103

Fontes: IBGE. Censo demográfico - RS, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.

Elaboração: Alceu R. Ferraro



Fonte: Tabela 2. Elaboração: Alceu R. Ferraro

A questão que aqui se coloca é saber se isto se deve a um avanço mais rápido das meninas rumo à universalização da alfabetização ou a dificuldades maiores da parte dos meninos, isto é, a maior solicitação destes para *trabalhos extradomésticos*, o que atrasaria e até comprometeria, mais do que entre as meninas, o acesso à escola e a permanência e o sucesso na escola.

### Sexo, domicílio urbano/rural e analfabetismo entre as pessoas de 5 a 19 anos em 1991

Como se viu acima, no Brasil as taxas de analfabetismo para o conjunto da população de 10 anos ou mais foram e continuam sendo mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens. No entanto, desde os censos de 1940 e 1950 isto já não era verdadeiro para os grupos de idade mais jovens (UNESCO, 1953, e CNE, 1961). O censo de 1991 revela que tal mudança se estendeu a outros grupos de idade. Com efeito, em 1991, desde os 5 até aos 19 anos de idade, as mulheres apresentam, tanto no meio urbano como no meio rural, sem exceção, taxas de analfabetismo (segundo o critério censitário) sempre menores do que os homens (Tabela 3 e gráfico 3). Na realidade, como se verá adiante, essa vantagem (taxas mais baixas de analfabetismo) em favor das mulheres se estende até o grupo de 30 a 34 anos (tabela 4). As diferenças a favor das mulheres em relação aos homens estão longe de serem desprezíveis. É o que se pode ver comparando, por exemplo, as taxas de analfabetismo aos 8 anos de idade, que variam de um máximo de 19,3% entre os meninos rurais, passando por 15,4% entre as meninas rurais e 15,1% entre os meninos urbanos, até a taxa mínima de 12,5% entre as

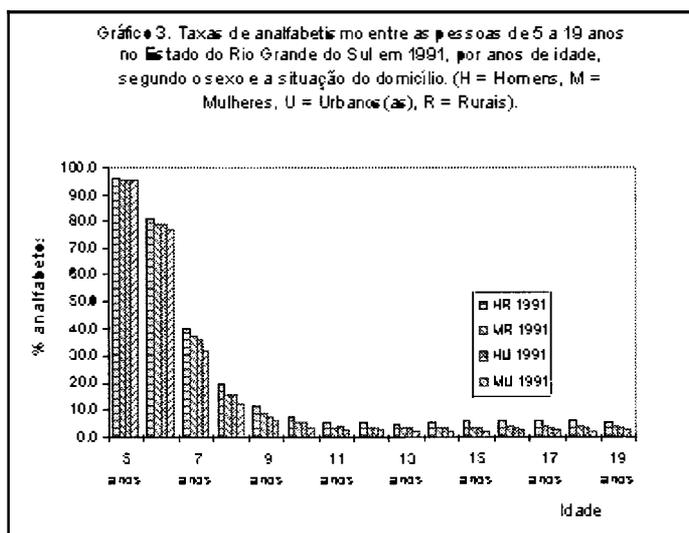
meninas urbanas. A mudança em favor das mulheres nas faixas de idade de 5 a 19 anos é de tal ordem que as taxas de analfabetismo feminino rural caíram quase até o nível do analfabetismo masculino urbano nessas mesmas idades.

**Tabela 3**

Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 5 a 19 anos no Estado do Rio Grande do Sul em 1991, por anos de idade, segundo o sexo e a situação do domicílio (H = Homem, M = Mulher, U = Urbano(a), R = Rural)

Idade	HR 1991	MR 1991	HU 1991	MU 1991
5 anos	95,9	95,4	95,2	94,9
6 anos	80,8	78,7	78,6	76,4
7 anos	40,2	37,1	35,5	32,2
8 anos	19,3	15,4	15,1	12,5
9 anos	11,5	8,8	7,9	6,2
10 anos	7,2	5,2	5,3	3,8
11 anos	5,8	3,8	3,9	2,7
12 anos	4,9	3,2	3,4	2,3
13 anos	4,8	3,3	3,2	2,1
14 anos	5,8	3,1	3,1	2,0
15 anos	6,0	3,5	3,4	2,2
16 anos	6,2	4,1	3,4	2,3
17 anos	6,2	3,9	3,4	2,3
18 anos	6,0	4,0	3,2	2,2
19 anos	5,8	3,9	3,1	2,4

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico 1991 - RS*. Elaboração: Alceu Ferraro.



Fonte: Tabela 3. Elaboração: Alceu A. Ferraro

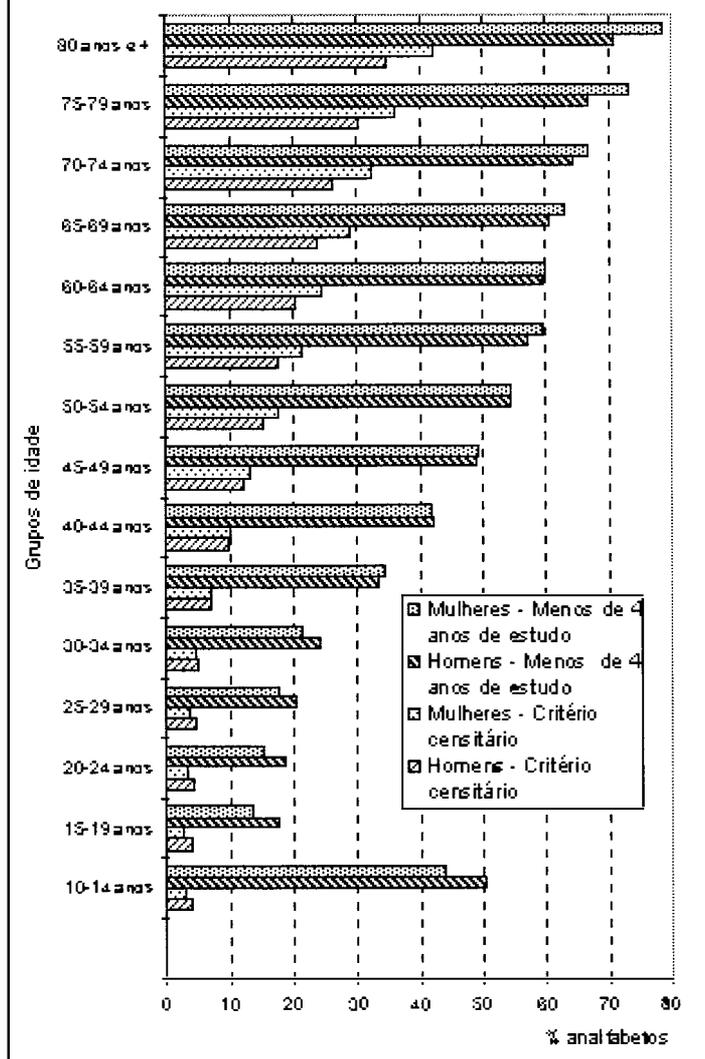
**Tabela 4**

Taxas de analfabetismo segundo os critérios "incapacidade de ler e escrever um bilhete simples" e "menos de 4 anos de estudo", por grupos de idade e sexo. Rio Grande do Sul - 1991.

Grupos de idade	Taxas de analfabetismo por critério			
	Incapacidade de ler e escrever um bilhete simples		Menos de 4 anos de estudo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total 10 anos e +	8,7	9,9		
Total 15 anos e +	9,4	10,8		
8 anos	16,1	13,1		
9 anos	8,7	6,8		
10 anos	5,7	4,1		
11 anos	4,3	3,0		
12 anos	3,7	2,5		
13 anos	3,6	2,4		
14 anos	3,6	2,3		
15 anos	4,1	2,5		
16 anos	4,2	2,7		
17 anos	4,1	2,7		
18 anos	3,9	2,6		
19 anos	3,8	2,7		
10-14 anos	4,2	2,9	50,3	43,9
15-19 anos	4,0	2,6	17,7	13,7
20-24 anos	4,3	3,4	18,6	15,3
25-29 anos	4,5	3,6	20,3	17,8
30-34 anos	5,2	4,7	24,0	21,3
35-39 anos	7,1	7,3	33,4	34,4
40-44 anos	9,7	10,3	42,1	41,7
45-49 anos	12,4	13,4	49,1	49,4
50-54 anos	15,2	17,7	54,5	54,3
55-59 anos	17,8	21,5	57,3	59,4
60-64 anos	20,6	24,3	59,4	60,1
65-69 anos	23,8	29,1	60,4	62,9
70-74 anos	26,2	32,4	64,4	66,7
75-79 anos	30,2	36,2	66,7	73,0
80 anos e +	34,6	42,3	70,7	78,6

Fonte: IBGE. *Censo demográfico 1991 - RS*  
Elaboração: Alceu Ferraro

Gráfico 4. Taxas de analfabetis mo segundo o critério censitário e o critério "menos de 4 anos de estudo", por grupos de idade, segundo o sexo. Rio Grande do Sul - 1991.



Fonte: Tabela 4. Elaboração: Alceu R. Ferraro

Isto, de um lado, confirma a *continuidade*, até o censo de 1991, da mudança já apontada no estudo do CNE relativamente aos censos de 1940 e 1950 e, de outro, atesta a *intensificação* dessa mesma mudança. Tal fenômeno dá margem a duas questões bem distintas, embora relacionadas entre si. A primeira se refere à *superação*, por parte das mulheres, da histórica desigualdade em relação aos homens quanto à alfabetização. O resultado consiste na redução das taxas femininas de analfabetismo (ou no aumento das taxas femininas de alfabetização) até os níveis verificados entre os homens, o que equivale a dizer, até o estabelecimento da igualdade entre os sexos. A segunda questão diz respeito ao fato da *inversão* dessa desigualdade. O interesse volta-se aqui para esta segunda questão, porque, de fato, no período, para as pessoas de 5 a 19 anos de idade, não só se manteve a inversão dos níveis de analfabetismo de homens e mulheres, conforme apurado pelos estudos acima referidos, mas também aumentou o distanciamento relativo entre as taxas de analfabetismo, em desfavor de quem historicamente levava vantagem — os homens. Isto aponta para a questão da relação entre sexo, trabalho infantil e analfabetismo. Antes, porém, retoma-se o estudo do problema do analfabetismo segundo o sexo, recorrendo ao uso comparativo de dois critérios de analfabetismo.

## **Sexo e analfabetismo segundo diferentes critérios**

Na tabela 4 e gráfico 4 compara-se o resultado da aplicação simultânea de dois critérios de analfabetismo a todos os grupos de idade. O primeiro pode ser chamado de *critério censitário*, porque utilizado nos censos demográficos (e também nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNADs). Trata-se do critério até aqui utilizado neste trabalho e que mede o fenômeno do analfabetismo em sua manifestação extrema, ou seja, que classifica como analfabetas as pessoas que, por ocasião do censo ou da PNAD, se tenham declarado *incapazes de ler e escrever um bilhete simples*. O segundo critério é mais rigoroso, classificando como analfabetas ou não suficientemente alfabetizadas as pessoas de 10 anos ou mais que tenham acusado *menos de 4 anos de estudo*, ou seja, que tenham declarado não haver concluído com aprovação a 4ª série do primeiro grau. Esta segunda definição inclui, portanto, os analfabetos segundo o primeiro critério, mais todos os que se declararam capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples, mas sem haver concluído com aprovação pelo menos a 4ª série de primeiro grau<sup>2</sup>.

Vimos acima que, para o conjunto da população de 10 anos ou mais, as taxas de analfabetismo segundo o critério censitário permaneceram, até o Censo de 1991, mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens, mas que, nas faixas de idade mais jovens, de 5 a 19 anos, a situação se inverteu, confirmando-se e intensificando-se a tendência já apontada pelo estudo do CNE (1961). A tabela 4 e o gráfico 4 mostram que essa inversão em favor das mulheres não se

restringiu às faixas de 5 a 19 anos, mas se estendeu até o grupo de 30-34 anos. Em outras palavras e utilizando a expressão do estudo do CNE, a histórica “inferioridade feminina”, que no Censo de 1950 persistia a partir do grupo de 20 a 29 anos, no Censo de 1991 só se manteve nos grupos de idade a partir dos 35 anos. Repito: o que se verifica não é simplesmente uma redução progressiva das taxas de analfabetismo feminino até a igualdade de situação em relação aos homens. Trata-se antes de uma *inversão de situação*, porquanto, as mulheres, que historicamente apresentavam taxas mais baixas de alfabetização, passaram progressivamente, a partir dos grupos de idade mais jovens, a superar os homens em termos de alfabetização. Em 1991, as mulheres apresentaram taxas mais altas de alfabetização ou taxas mais baixas de analfabetismo em toda a extensão que vai dos 5 anos até os 30 a 34 anos, o que em 1950 só se verificava nas faixas de 5 a 19 anos de idade.

Se considerado o segundo critério (sempre na tabela 4 e gráfico 4), observa-se que, desde o grupo de 10 a 14 até o de 50 a 54 anos, as taxas de pessoas com menos de 4 anos de estudo são mais baixas entre as mulheres do que entre os homens. Somente a partir dos 55 a 59 anos persiste a histórica “inferioridade feminina”. A informação sobre anos de estudo se refere ao resultado imediato da escolarização. Portanto, dizer que em todas as faixas de idade que vão dos 5 até os 50 a 54 anos, as mulheres levam vantagem em relação aos homens em termos do critério “4 anos de estudo” (isto é, apresentam percentuais menores de pessoas com menos de 4 anos de estudo), significa dizer que, de longa data, *os problemas relacionados com a escolarização é mais grave entre as crianças e adolescentes do sexo masculino* do que entre as do sexo feminino. Como já vimos antes, o estudo do CNE apontava como provável explicação o fato de “os meninos serem aproveitados mais do que as meninas para *trabalhos extradomésticos*”. Este é o assunto do último item deste trabalho.

## **Sexo, trabalho infanto-juvenil e analfabetismo**

Estudo recente sobre família, criança e trabalho no Brasil, no período de 1980 a 1989 (Ribeiro, Sabóia e Castello Branco, in: IBGE, 1995), apresenta dados surpreendentes que passo a resumir. Segundo os autores, a perda do poder aquisitivo do salário e a instabilidade do emprego em decorrência da situação recessiva durante a década provocaram um aumento do número de pessoas da família que trabalham. Considerada toda a população em idade de trabalhar, houve crescimento acelerado da participação feminina no mercado, mantendo-se estável a participação masculina. A participação dos filhos e das filhas de 10 a 17 anos manteve-se estável no período, mas a participação dos primeiros manteve-se sempre cerca de 2 vezes mais elevada (39%, contra 19%) (Op. cit., p. 127-128).

De acordo com o mesmo estudo, as taxas de atividade das crianças brasileiras de 10 a 14 anos (cerca de 18%) são superiores às verificadas em países como

Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), Honduras (14,7%), República Dominicana (15,5) (Ibid., p. 131). Isto significa que, no Brasil, praticamente uma em cada cinco crianças de 10 a 14 anos trabalha. O quanto o trabalho infantil compromete a escolarização é evidenciado nos dados seguintes: no grupo de 10 a 14 anos a taxa de pessoas com 4 anos de instrução ou mais era da ordem de 55,6% entre os que só estudavam; 33,4% entre os que trabalhavam e estudavam e apenas 18,2% entre os que só trabalhavam, o que demonstra, segundo as palavras dos autores, o “efeito negativo do trabalho precoce sobre o nível de escolaridade” (Ibid., p. 132, quadro 1).

Em 1989, as taxas de crianças e adolescentes que *só trabalhavam* (não frequentavam escola) eram cerca de duas vezes *mais elevadas entre os homens* do que entre as mulheres: respectivamente 11,6 e 5,6% no grupo de 10 a 14 anos, e 42,3 e 21,3% no grupo de 15 a 17 anos (Ibid., p. 133, quadro 2). Por fim, a associação entre pobreza e trabalho: de um modo geral, segundo os autores, quanto mais pobres as crianças e adolescentes, tanto maior a sua taxa de atividade. “No caso dos mais novos (10 a 14 anos), a taxa de atividade dos mais pobres era, em 1989, quatro vezes superior à dos mais ricos. No grupo mais velho (15-17 anos), as diferenças são menos marcantes...” (Ibid. p. 130).

O estudo citado põe em evidência a gravidade do problema do trabalho do menor, especialmente do sexo masculino, bem como as suas conseqüências negativas para a escolarização de crianças e adolescentes no Brasil como um todo. O ingresso precoce no mercado de trabalho é muito mais freqüente entre crianças e adolescentes em condição de pobreza. E qual é a situação no Rio Grande do Sul?

A tabela 5 apresenta os números absolutos e percentuais de *pessoas economicamente ativas (PEA)*, nos grupos de 10 a 14 e 15 a 17 anos, no ano de 1995, no Estado do Rio Grande do Sul, para ambos os sexos. A categoria *pessoas economicamente ativas* compreende o conjunto das “pessoas ocupadas e desocupadas no período”, entendendo-se por *ocupadas* as pessoas que tinham trabalhado durante todo ou parte do período e, como *desocupadas* as pessoas sem trabalho, mas que haviam tomado alguma providência efetiva de procura de trabalho no período considerado na pesquisa (IBGE, 1995a, p. XVII).

A PNAD 1995 (tabela 5) nos permite várias observações. Primeiro, quase uma em cada quatro crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, de ambos os sexos, integrava a PEA em 1995 (23,0%), isto é, havia trabalhado ou procurado trabalho no período (semana) considerado pela pesquisa. Tal índice é bem superior ao verificado no Brasil, como um todo em 1989, conforme se viu acima (cerca de 18%). Segundo, nesse mesmo grupo de 10 a 14 anos, a taxa de participação masculina na PEA é 1,5 vez mais elevada do que a taxa de participação feminina (27,5%, contra 18,4%). Terceiro, no grupo de 15 a 17 anos a taxa de participação na PEA sobe para mais de 50% (para exatos 53,8%), o que é um índice elevado para a idade. Quarto, nesse mesmo grupo de idade, a participação masculina na PEA continua sendo quase 1,5 vez mais elevada do que a feminina (63,3%, con-

tra 44,7%). Quinto, dos 10 aos 17 anos tem-se um total de 505.783 crianças e adolescentes de ambos os sexos integrados à PEA, dos quais 296.627 (58,6%) do sexo masculino.

**Tabela 5**

Pessoas de 10 a 17 anos no Estado do Rio Grande do Sul, por grupos de idade e sexo, segundo a condição de atividade - 1995.

Grupos de idade e sexo	Pessoas economicamente ativas		
	Total	Nº	%
<b>10 a 14 anos</b>			
Total	956 015	220 322	23,0
Homens	485 439	133 510	27,5
Mulheres	470 576	86 812	18,4
<b>15 a 17 anos</b>			
Total	530 174	285 461	53,8
Homens	256 436	163 117	63,3
Mulheres	273 738	122 344	44,7

Fonte: IBGE, *PNAD RS - 1995*. Elaboração: Alceu R. Ferraro

Tratando-se da *condição de atividade* (integrar ou não a PEA), o IBGE pesquisa apenas as pessoas de 10 anos ou mais. No entanto, quando o assunto é estar ou não ocupado, o IBGE considera a população desde os 5 anos de idade. Obviamente, os números relativos à PEA são sempre maiores do que os números das pessoas ocupadas, por incluírem as pessoas ocupadas mais as que procuraram emprego no período. Ora, a PNAD-RS 1995 (tabela 4.35) registra, no Estado, nada menos do que 43.336 crianças de 5 a 9 anos *ocupadas* (4,7% do total de pessoas nessa faixa de idade), a esmagadora maioria das quais em trabalhos agrícolas (38.042, representando 88% do total). Para estimar o número de crianças de 5 a 9 anos integrantes da PEA tomamos por base a diferença entre PEA e pessoas ocupadas no grupo de 10 a 14 anos, que é de cerca de 6%. Tem-se assim o quadro-resumo de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos *ocupadas* e integrantes da PEA no Estado do Rio Grande do sul em 1995:

Grupos de idade	Pessoas ocupadas	Pessoas economicamente ativas
5 a 9 anos	43.336	46.000 (estimativa: ocupadas + 6%)
10 a 14 anos	206.592	220.322
15 a 17 anos	237.765	285.461
<b>TOTAL</b>	<b>487.693</b>	<b>551.783</b>

Certamente essas estatísticas do IBGE não dão conta de toda a extensão e gravidade do fenômeno “trabalho” entre crianças e adolescentes, nem esclarecem por si sós a dimensão do conflito entre trabalho e alfabetização/escolarização. A *mídia* tem abordado com frequência o tema nos últimos anos. Em abril de 1997, *Zero Hora* publicou extensa reportagem sobre trabalho de crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Sul, sob o título “Capital tem alto índice de crianças e adolescentes que trabalham” e o subtítulo “Relatório revela que 48,9% dos jovens exercem algum tipo de atividade” (Capital..., *Zero Hora*, 9/4/1997, p. 57). “O Rio Grande do Sul” — lê-se na reportagem — “está entre os Estados com maior número de crianças inseridas no mercado de trabalho, sendo que a região metropolitana de Porto Alegre encabeça a lista dos centros urbanos que mais utilizam mão-de-obra infantil no país” (Op. cit., loc. cit.). A reportagem apoiou-se em dados apresentados pela Coordenadora de Fiscalização do Trabalho, Segurança e Saúde do Rio Grande do Sul, Helena Beatriz de Andrade, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que investiga a exploração de menores. Segundo a referida Coordenadora, com base nas PNADs e nos registros do Ministério do Trabalho, “pelo menos 532 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos já integram a chamada população economicamente ativa do Estado”, situação esta que se manifestaria mais grave, não fossem as dificuldades de fiscalização do trabalho do menor especialmente no meio rural e o fato de muitas meninas ficarem excluídas da denúncia por estarem “escondidas em trabalhos domésticos” (Ibid.). Eu acrescentaria mais uma limitação de todas as estatísticas: o fato de geralmente ignorarem o *trabalho de crianças de menos de 10 anos de idade*.

## Conclusão

A título de conclusão, destaco alguns pontos. Em primeiro lugar, mesmo levando em conta o fato freqüente de o trabalho feminino ficar escondido sob o rótulo de *trabalho doméstico*, os dados examinados parecem reforçar a hipótese levantada pelo estudo do CNE de 1961, a saber, que os níveis mais elevados de analfabetismo verificados entre crianças e adolescentes do sexo masculino nas idades mais jovens têm relação com o fato de “os meninos serem aproveitados mais do que as meninas para *trabalhos extradomésticos*”. Tal fato chama a atenção para o conflito que se estabelece entre trabalho e educação para grande número de crianças e adolescentes no Estado do Rio Grande do Sul. Quando o conflito se transforma em dilema, obviamente a alternativa *sobrevivência* sobrepuja-se ao *direito à educação*.

Em segundo lugar, qualquer que seja a dimensão da *inferioridade* dos meninos em relação às meninas quanto à alfabetização e escolarização, em conseqüência da participação diferencial de uns e outras no mercado de trabalho, não se pode

perder de vista o fato mais fundamental que, no Estado do Rio Grande do Sul — como, aliás, no Brasil todo — centenas de milhares de crianças e adolescentes estão sendo jogados no mercado de trabalho desde a mais tenra idade — desde os 5 a 9 anos. Tal situação representa um flagrante e reiterado atentado contra os preceitos da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente ao mesmo tempo que compromete seriamente, quando não irremediavelmente, a observância da obrigatoriedade de escolarização e a realização do direito público subjetivo ao ensino fundamental. É aqui que o pesquisador é levado a manifestar toda a sua indignação contra a complacência com que a questão do trabalho de crianças e adolescentes vem sendo tratada. O Estatuto da Criança e do Adolescente, depois de reafirmar o direito ao ensino fundamental público e gratuito (Capítulo VI), estabelece com toda a clareza que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz” (Art. 60). Ora, as imagens que se tem sobre trabalho de menores, no campo e na cidade, parecem-se muito pouco com o que o ECA designa como “condições de aprendizagem”. E o Estado do Rio Grande do Sul vem figurando nas estatísticas entre os que apresentam maior presença relativa de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Apesar da tendência à sonegação de informação sobre fato notoriamente ilegal, a *midia* vem mostrando com frequência cenas de trabalho infantil e a PNAD 1995 classificou como *pessoas ocupadas* no Estado nada menos do que 44 mil crianças de menos de 10 anos de idade. O conflito que aí se estabelece entre trabalho e educação justamente no início do processo de escolarização compromete não só a alfabetização e escolarização, mas todo o conjunto dos direitos da cidadania infanto-juvenil. Os baixos níveis de escolarização entre as pessoas de 5 a 17 anos no Estado (Ferraro, 1997) resultam certamente em grande medida de sua inserção precoce e ao arrepio da lei no mercado de trabalho. Tudo se passa como se a simples existência de normas legais regulando o trabalho de crianças e adolescentes e a frequência à escola pudesse por si só tranquilizar as consciências. Afinal, que sociedade é esta que projeta multidões de adultos no desemprego ao mesmo tempo que explora, nas mais diversas formas de trabalho, à luz do dia e diante de nossos olhos, centenas de milhares de crianças e adolescentes?

Em terceiro lugar, tabulações especiais, cruzando participação na PEA (população economicamente ativa) ou trabalho efetivo com alfabetização/escolarização ano a ano, desde os 5 anos, ou pelo menos desde os 7 anos, permitiriam esclarecer melhor a relação entre trabalho e alfabetização/escolarização.

Em quarto lugar, certamente aqui está um problema que reclama a ação corajosa tanto dos órgãos de fiscalização, quanto da Justiça, na perspectiva de se assegurar direitos e fazer cumprir deveres estabelecidos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito a trabalho e escolarização. No Estado do Rio Grande do Sul, o projeto **O direito é aprender**<sup>3</sup> representa uma tentativa de avanço nessa direção. De acordo com o Procurador de Justiça Afonso Armando Konzen, o Estatuto da Criança e do Adolescente “devolveu ao

Judiciário o papel clássico e socialmente indispensável, no caso, como a última instância garantidora dos direitos da cidadania infanto-juvenil”. O presente texto indica que o trabalho infanto-juvenil, na precocidade, frequência e ilegalidade com que se verifica no país em geral e no estado do Rio Grande do Sul em particular, não só constitui flagrante atentado contra os preceitos constitucionais, mas também representa, para muitas crianças e adolescentes, forte e, não raro, intransponível obstáculo à realização do direito à educação. Entretanto, como observa o Procurador Konzen (In: *Seminário estadual*, 1995, p. 16), o direito à educação está *regulamentado* e há *instrumentos de exigibilidade*. Por que, então, os direitos da criança e do adolescente no que se relaciona com trabalho e educação não conseguem passar do mundo da lei para o plano real? Talvez porque, em obediência à ordem de prioridades estabelecida no Plano Real, a cidadania deva continuar aguardando a sua vez!

### Notas

1. O presente texto, revisto e reorganizado em forma de artigo em julho-setembro de 1997, no Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Pelotas, compreende parte dos resultados do projeto de pesquisa *Reprodução do analfabetismo no Rio Grande do Sul nos anos 90*, desenvolvido com bolsa de Pesquisador Visitante do CNPq no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas, de março de 1995 a fevereiro de 1997.
2. Para discussão mais aprofundada desses dois critérios de analfabetismo, ver: Ferrari (Ferrari), 1985, 1987, 1990, 1991, 1995, 1996 e 1997.
3. O projeto **O direito é aprender** é iniciativa da AJURIS/Associação dos Juizes do Estado do Rio Grande do Sul, da AMPRGS/Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e FAMURS - Federação das Associações dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com apoio do UNICEF, que vem atuando no Estado desde 1995. O Projeto tem como objetivo geral:

*Elevar os níveis de consciência da cidadania quanto à relevância da educação e da qualidade do ensino e sua inserção como direito fundamental, bem como estimular sua exigência e asseguramento pela via jurídico-judicial.*

E como objetivos específicos:

- a) buscar, por uma metodologia própria, a avaliação da oferta de ensino, para conscientizar os integrantes das instituições envolvidas no Projeto das eventuais lacunas e falhas existentes
- b) capacitar magistrados e promotores de justiça à operação da incidência do regramento jurídico pertinente à educação;
- c) promover a conscientização e mobilização de profissionais da área de educação e outros agentes aliados à defesa dos direitos da criança e do adolescente e, por via reflexa, da própria sociedade quanto à disciplina legal pertinente, estimulando-os ao exercício das vias judiciais e extrajudiciais com vistas ao seu asseguramento. (Seminário Estadual..., 1995, *Caderno de Textos*, p.9-10).

## Referências Bibliográficas

- CAPITAL tem alto índice de crianças e adolescentes que trabalham. *Zero Hora*, Porto Alegre, 9 abr. 1997, p. 57.
- CARVALHO, José Carmelo Braz de; KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; ALVES, Maria Isabel Coelho. Condições educacionais. In: IBGE. *Indicadores sociais: Uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. P.283-295.
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Laboratório de estatística. *Contribuição para o estudo da demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. 458 p. Parte G - Alfabetização, p. 387-448.
- FERRARRO, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p..35-49, fev. 1985.
- \_\_\_\_\_. Escola e produção do analfabetismo. Porto Alegre, *Educação e Realidade*, v. 12, n. 2, p. 81-96, jul.-dez. 1987.
- \_\_\_\_\_. Analfabetismo e ensino fundamental: situação atual, tendência histórica e perspectiva para os anos 90. *Seminário Internacional de Alfabetização e Educação*, 1990, Frederico Westphalen. *Anais de Frederico Westphalen: FURI*, 1990. P. 31-51.
- \_\_\_\_\_. Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 3-30, jan./jun. 1991.
- \_\_\_\_\_. Subsídios dos censos e das PNADs para diagnóstico da alfabetização e escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade no Estado do Rio Grande do Sul. *Seminário Estadual - Projeto O Direito é Aprender*, Porto Alegre, 27 de novembro de 1995, *Caderno de Textos*, p. 17-27. (2ª. edição em 1996).
- \_\_\_\_\_. Alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 5, nº 6, p. 21-40, jun. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Diagnóstico da alfabetização e escolarização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, abril de 1997. Relatório de pesquisa. 61p.
- IBGE. *Censo demográfico*, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios - PNAD. Síntese de indicadores 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1995. Rio Grande do sul e Região Metropolitana de Posto Alegre*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- KONZEN, Afonso Armando. A educação é direito. In: *Seminário Estadual - Projeto O Direito é Aprender*, Porto Alegre, 27 de novembro de 1995, *Caderno de Textos*, p. 12-16.
- RIBEIRO, Rosa; SABOIA, Ana Lúcia; BRANCO, Helena Castello. Família, criança e trabalho. In: IBGE. *Indicadores sociais: Uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. P. 123-137.
- SEMINÁRIO ESTADUAL - Projeto O direito é aprender. Porto Alegre, 27 de novembro de 1995, *Caderno de Textos*. (2ª. edição em 1996).
- UNESCO. *L'analphabétisme dans divers pays. Étude statistique préliminaire sur la base des recensements effectuées depuis 1900*. Paris: UNESCO, 1953.

Alceu Ferraro é Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do CNPq; é atualmente Professor da Universidade Católica de Pelotas a partir de julho de 1997. Devido à retificação nos registros, o sobrenome Ferrari foi alterado para Ferraro.

Endereço para correspondência:

Rua Santa Cruz, 3038, Apto 301 - Centro  
96015-710 - Pelotas - RS  
Telefone resid.: (0532)222388  
Fax resid.: (0532)255750  
E-mail resid.: aferraro@atlas.ucpel.tche.br  
Telef. UCPel: (0532) 22.1555 ramal 291  
Fax UCPel: (0532)253105  
E-mail UCPel: mds@phoenix.ucpel.tche.br